

## DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: **análise socioeconômica** dos territórios induzidos por políticas públicas no Rio Grande Norte

### **Clesio Marcelino de Jesus**

Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto 1 do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IEUFU). E-mail: [clesiomj@ie.ufu.br](mailto:clesiomj@ie.ufu.br).

### **Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes**

Doutorando em Economia no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. (IEUFU). E-mail: [vcrodrigues51@gmail.com](mailto:vcrodrigues51@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O enfoque territorial vem se constituindo como importante estratégia das políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Mais do que simples delimitações geográficas, a ideia de território abrange um espaço constituído de identidades culturais, relações sociais, aspectos políticos e econômicos. Nesse contexto, o território apresenta-se como uma importante abordagem para a construção de espaços de concertação social e criação de arranjos socioprodutivos com vistas a reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento.

No Brasil, a institucionalização do enfoque territorial se deu, de fato, no Governo Lula, com a criação, em 2003, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A SDT tem como objetivo superar a pobreza e o baixo dinamismo socioeconômico no meio rural sob a égide de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Para operacionalizar essa estratégia, a SDT criou o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), em 2003, e, o governo Lula, por meio da Casa Civil, criou o Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008.

Nesse contexto, o Rio Grande do Norte vem se constituindo como um dos estados mais beneficiados pelas políticas territoriais. Entretanto, após uma década dessas políticas, torna-se importante avaliar seus resultados. Nesse sentido, uma pergunta central emerge: o Pronat e o PTC têm contribuído para reduzir as desigualdades presentes nos territórios do Rio Grande do Norte?

Para responder esta pergunta, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar se a indução governamental para a constituição de arranjos socioprodutivos em territórios rurais do Rio Grande do Norte tem sido bem sucedida, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, em termos socioeconômicos, propiciando o desenvolvimento territorial com inclusão social e econômica.

No que diz respeito à análise de resultados, faz-se uso de dados secundários disponíveis sobre a realidade socioeconômica dos municípios potiguares envolvidos, agregando a nível territorial. Para uma melhor compreensão das dinâmicas territoriais, calculam-se informações territoriais a partir da média ponderada<sup>1</sup> de cada composição territorial. Os dados secundários foram obtidos a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Portal Transparência.

Além desta breve introdução, o trabalho possui mais três seções. Na primeira, procura-se discutir o enfoque territorial do desenvolvimento rural. Na segunda, busca-se tecer comentários sobre as atuais políticas territoriais rurais do Brasil. A terceira consiste na caracterização socioeconômica dos territórios do Rio Grande do Norte e análise de algumas das políticas públicas destinadas a esses arranjos territoriais. Por fim, tem-se a conclusão do estudo.

## 1 O ENFOQUE TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O enfoque territorial do desenvolvimento rural vem ganhando cada vez mais notoriedade no âmbito acadêmico, político e das recomendações dos organismos multilaterais. Antes de adentrar nessa questão, convém destacar que, para fins metodológicos deste trabalho, utiliza-se o conceito de território proposto pela SDT/MDA, que o define como:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (Brasil - MDA/SDT, 2010, s/p).

Com base neste conceito, o território vem sendo tratado como uma importante estratégia de ação das políticas públicas para a construção de um processo de desenvolvimento pautado no protagonismo dos atores locais. Na verdade, a

---

<sup>1</sup> A média ponderada é calculada por meio do somatório das multiplicações entre valores e pesos divididos pelo somatório dos pesos. Nos territórios, os pesos foram formados pela população dos municípios que os compõem.

institucionalização do enfoque territorial nas políticas é resultado, sobretudo, de um intenso debate teórico e das recomendações e interesses políticos e econômicos dos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, materializados em meados da década de 1970 e aprofundados nos anos 1980 e 1990.

Do ponto de vista teórico, o enfoque territorial é fomentado pelos estudos da Terceira Itália, sobretudo a partir do trabalho seminal de Bagnasco (1977)<sup>2</sup>. Na contramão do Norte desenvolvido (Primeira Itália), que estava passando por uma grave crise econômica, e o Sul atrasado (Segunda Itália), o Nordeste do país (Terceira Itália), caracterizado por um conjunto de pequenas e médias empresas, estava apresentando elevadas taxas de crescimento econômico, motivando a investigação das causas desse processo (Ortega, 2008).

Conforme destaca Bagnasco (1999), esse processo ocorreu sem a indução de políticas públicas. Na verdade, as causas, segundo o autor, residiram na questão cultural, na confiança e reciprocidade, na flexibilização da relação capital-trabalho, no crescimento da demanda mundial por bens de consumo, no progresso tecnológico, na interação rural-urbano etc. Sintetizando esse raciocínio, Putnam (2000) entende que foi a presença do elevado capital social, conceituado pelo autor como o conjunto de características da organização social (confiança, normas e sistemas) que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas, o determinante para o desenvolvimento da Terceira Itália.

Nesse contexto, em outro trabalho seminal, Becattini (1979)<sup>3</sup>, caracterizou a experiência da Terceira Itália como os novos distritos industriais Marshallianos. Conforme lembra Ortega (2008), Marshall (1900) identificou que a aglomeração de empresas possibilita a geração de economias externas e a redução dos custos de produção. Entretanto, como adverte Becattini (1999, p. 47), para que isto ocorra, “os habitantes devem apresentar características socioculturais (valores e instituições) em simbiose com um processo de desenvolvimento próprio das pequenas empresas”. De acordo com a literatura apresentada, esta simbiose ocorreu na Terceira Itália, isto é, a presença de condicionantes internos propiciou uma atmosfera favorável para o surgimento de pequenas e médias empresas, culminando na passagem de uma economia agrícola para uma industrialização difusa.

Do ponto de vista político, o enfoque territorial, em especial o seu componente de descentralização, é fomentado pelas recomendações das agências multilaterais, sobretudo pelo Banco Mundial. Com a crise capitalista nas economias latino-americanas, nos anos 1980, o

---

<sup>2</sup> Bagnasco, A. *Ter Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: società Iditrice Il Mulino, 1977.

<sup>3</sup> Becattini, G. *Dal 'setore' industriale al 'distretto industriale. Alcune considerazioni sul l'unità d'indagine dell'economia industriale*. *Revista di Economia e Politica Industriale*, v. 1, 1979.

Banco Mundial passou a recomendar um ajuste estrutural das economias dos países credores, principalmente via políticas restritivas e redução do poder do tamanho do Estado. Nesse meio termo, o localismo emerge na agenda e no pacote de reformas do Banco como peça fundamental para desonerar o orçamento do Estado e promover maior controle social.

Os “conselhos” do Banco Mundial em prol de ajuste das economias periféricas têm início na década precedente, mas é com o Consenso de Washington, na década de 1990, que as prescrições em torno da ideologia neoliberal passaram a ser amplamente difundidas. Nesse sentido, Pereira (2009) destaca que o Banco Mundial fez uso de três estratégias para consolidar o novo aparato liberal, a saber: (i) modelo de alívio compensatório da pobreza; (ii) mudança do papel do Estado na economia; e (iii) redefinição da forma pela qual as reformas estruturais deveriam ser governadas.

Especialmente no que tange a terceira estratégia, o autor chama atenção para a difusão da ideia de governança, intimamente associada ao protagonismo da sociedade civil na esfera da elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

É nesse contexto de crise econômica e reformas liberalizantes, que o localismo é institucionalizado no Brasil na década de 1990. Ortega (2007) enumera quatro motivos que fizeram emergir o tema no país: (i) fortalecimento das forças locais na luta pela redemocratização do país; (ii) Constituição de 1988, que proporcionou uma maior descentralização das políticas públicas *vis-à-vis* criação de espaços de concertação social; (iii) desregulamentação da economia; e (iv) as orientações das agências multilaterais, principalmente por recomendarem “a indução de arranjos socioprodutivos locais, que, de maneira autônoma e endógena, deveriam buscar o desenvolvimento, desobrigando o Estado de ações intervencionistas” (Ortega, 2007, p. 281).

Adentrando ainda mais no cerne da questão deste trabalho, torna-se importante destacar que o enfoque territorial vem se constituindo como um importante instrumento das políticas de desenvolvimento rural. Com base em Ortega (2008), pode-se inferir que o foco no meio rural brasileiro deve-se a presença de municípios com níveis baixos de crescimento e desenvolvimento, bem como pelos fracos indicadores sociais (educação, saúde e mortalidade) e de capacidade institucional (avaliada pelo grau de participação local em sua gestão, sua capacidade financeira e gerencial), o que os caracterizam como territórios rurais deprimidos.

Também é importante destacar que o enfoque territorial para promoção do desenvolvimento rural deve considerar as ações de planejamento regional, ou seja, na criação de um território é necessário considerar que os municípios, especialmente os rurais, estejam

dentro de uma mesma rede urbana em que se estabeleça não apenas a contiguidade espacial, mas, também, a dependência funcional entre os municípios que conformam o território, como é demonstrado no trabalho do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (Regic).

Contribuindo com essa análise, Schneider (2004) aponta o crescente questionamento setorial de ramos da atividade econômica, principalmente no que diz respeito às dicotomias rural-urbano e campo-cidade no desenvolvimento territorial. Nesse sentido, Veiga (2003) destaca que municípios com menos de 20 mil habitantes não deveriam ser considerados urbanos. Assim, caso o critério conceitual sobre o rural proposto pela OCDE<sup>4</sup> fosse traduzido para o Brasil, no ano de 2000, por exemplo, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros seriam considerados urbanos.

É neste contexto que emerge o enfoque territorial do desenvolvimento rural, procurando superar essas dicotomias a partir de uma análise mais integrada e multidimensional, bem como incorporando as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas nos espaços. Apesar dessas contribuições, é importante tratá-lo não como uma panaceia, que emerge apenas da vontade dos atores locais ou da existência do capital social, mas sim como um processo pautado na participação efetiva do Estado, tanto na constituição de uma infraestrutura básica, como no fomento aos projetos identificados de maneira participativa pelos atores sociais locais. Partindo-se disto, trata-se, a seguir, das atuais políticas territoriais rurais brasileiras.

## 2 POLÍTICAS BRASILEIRAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As tentativas de descentralização das políticas públicas e de protagonismo dos atores locais iniciaram no período FHC (Fernando Henrique Cardoso), através dos Programas Comunidade Solidária (1995) e Comunidade Ativa (1999). Porém, é no governo Lula que o enfoque territorial ganha uma nova conotação política e, de fato, é institucionalizado como uma importante bandeira das políticas públicas, especialmente às voltadas para o desenvolvimento rural. Esse processo ocorreu mediante a criação, em 2003, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao MDA.

---

<sup>4</sup> Utilizando a densidade demográfica como variável chave, a OCDE estabelece os seguintes critérios para classificar as regiões rurais: (i) regiões essencialmente urbanas (menos de 15% da população vive em comunidades rurais com densidade demográfica abaixo de 150 habitantes km<sup>2</sup>); (ii) regiões essencialmente rurais (mais de 50% da população vive em comunidades rurais com menos de 150 habitantes por km<sup>2</sup>); e (iii) regiões relativamente rurais (entre 15 e 50% da população vive em comunidades rurais com menos de 150 habitantes por km<sup>2</sup>). No Brasil, o IBGE entende por rural todo o perímetro fora do contexto urbano, que, por sua vez, compreende as pessoas e domicílios recenseados em cidades, vilas ou em áreas urbanas isoladas.

Nesse sentido, a SDT tem como objetivo promover ações descentralizadas e fomentar os potenciais endógenos locais com vistas a superar a pobreza e o baixo dinamismo socioeconômico no meio rural sob a égide de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Segundo a própria SDT, conforme destaca Leite (2010), o foco no território se justifica pelos seguintes aspectos: (i) o rural não se resume ao agrícola; (ii) insuficiências analíticas e operacionais da escala municipal e estadual para a promoção do desenvolvimento; (iii) a necessidade de descentralização das políticas públicas; e (iv) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre os atores, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Para operacionalizar essa estratégia, a SDT criou, em 2003, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). Além de induzir arranjos socioproductivos no âmbito territorial, o Pronat se articula por meio de arranjos verticais, desde o nível federal ao local, por meio de um comitê nacional gestor, comitês de articulação estadual e os colegiados/conselhos em nível territorial, em uma perspectiva do planejamento que contemple múltiplas dimensões, tais como a social, econômica, regional, ambiental e democrática. Sob essa orientação, começaram a ser criados, em 2003, os Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (os Territórios Rurais). Atualmente, são 239 em funcionamento, que são incorporados segundo as seguintes características (Leite, 2010): (i) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes e com densidade populacional menor que 80 habitantes/km<sup>2</sup>; (ii) maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares e famílias assentadas pela reforma agrária; (iii) conjunto de municípios já organizados em territórios rurais de identidade; e (iv) conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad).

No âmbito dos Territórios Rurais, outro programa de cunho territorial foi desenvolvido. Trata-se do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que foi instituído em 2008 sob a justificativa de que “alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas” (Leite, 2010, p. 115).

Partindo do mesmo enfoque do Pronat, o PTC tem como objetivo superar a pobreza rural através de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Para atingir esse objetivo, o governo julga como necessária a inclusão produtiva da população pobre desses territórios, o que deve ocorrer mediante o planejamento e integração de políticas públicas,

busca da universalização de programas básicos de cidadania e ampliação da participação social (Ortega, 2008).

O foco do Programa está nos chamados territórios rurais deprimidos, isto é, aqueles que reúnem as seguintes características: (i) menor IDH; (ii) maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; (iii) maior concentração de populações quilombolas e indígenas; (iv) maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; (v) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; (vi) maior organização social. Nesse meio termo, vale destacar que o PTC também procurou incorporar pelo menos um território por estado da federação. Em suma, em pouco mais de 6 anos, o PTC implantou 120 territórios, abarcando 1.830 municípios brasileiros. A seguir, analisam-se alguns resultados dessas políticas no Rio Grande do Norte.

### 3 POLÍTICAS DE INDUÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO RIO GRANDE DO NORTE: análise de alguns resultados socioeconômicos

Nesta seção, analisa-se o desempenho socioeconômico dos territórios induzidos pelo governo federal no estado do Rio Grande do Norte. Os dados foram coletados do Atlas de Desenvolvimento Humano 2013<sup>5</sup>.

Ao todo, foram implantados dez Territórios Rurais, abarcando os 167 municípios do estado, são eles: (i) Trairi; (ii) Sertão do Apodi; (iii) Mato Grande; (iv) Açu-Mossoró; (v) Alto Oeste; (vi) Potengi; (vii) Seridó; (viii) Agreste Litoral Sul; (ix) Sertão Central; e (x) Potiguaras. Entretanto, como a incorporação desses três últimos é recente, optou-se por trabalhar apenas com os sete primeiros. Desses sete territórios, apenas o Território do Trairi não foi incorporado pelo Programa Territórios da Cidadania.

Feito essas ressalvas, a Tabela 1 sintetiza o número de municípios potiguares participantes por território e suas dinâmicas populacionais. Uma primeira observação diz respeito à grande variação no número de municípios que compõem estes territórios, variando desde 11 municípios, como é o caso do Território Potengi, até 30, como é o caso do Território Alto Oeste. Por um lado, um número elevado de municípios pode ser positivo ao gerar acúmulo de “lideranças” em torno de projetos comuns e ao criar escala na produção no mercado local. Por outro lado, pode impor vários fatores limitantes, como um elevado número

---

<sup>5</sup> O Atlas do Desenvolvimento Humano trás uma série de dados comparáveis entre os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. No presente trabalho, optou-se por escolher as seguintes variáveis: (i) população; (ii) crescimento populacional; (iii) IDH; (iv) educação; (v) renda per capita; (vi) pobreza; e (vii) extrema pobreza.

de membros para as assembleias e as suas devidas deliberações, com custos altos em um ambiente potencialmente conflitivo para as decisões.

Uma segunda observação refere-se à dimensão dos territórios. Existe diversidade em cada um dos sete territórios induzidos por políticas públicas. Três deles são relativamente pequenos (inferior a 4,05 mil km<sup>2</sup>), um supera os 5,9 mil km<sup>2</sup>, e três estão acima dos 8 mil km<sup>2</sup>, sendo que o Território Seridó, o maior deles, atinge 10,7 mil km<sup>2</sup> (Tabela 1). Aqui, vale ressaltar que uma maior extensão territorial dificulta o processo de governança no interior dos conselhos.

Quanto à densidade populacional, somente um território, Sertão do Apodi (19,22 hab./km<sup>2</sup>), possui densidade menor que a brasileira (22,40 hab./km<sup>2</sup>), enquanto Açu-Mossoró registra a maior densidade, 56,82 hab./km<sup>2</sup>, inferior a do estado (59,99 hab./km<sup>2</sup>), sendo este o território mais populoso, com 455.521 habitantes (Tabela 1), o que se deve em grande medida pela presença do município de Mossoró, com 259.815 habitantes e uma densidade de 123,76 hab./km<sup>2</sup>. A densidade média dos territórios é 36,40 hab./km<sup>2</sup>, bem inferior a estadual, reforçando a caracterização de territórios rurais.

**Tabela 1** – Municípios, população 2010, área total e densidade nos Territórios potiguares.

Territórios	Número de municípios	População 2010				Área total	Habitantes por km <sup>2</sup>
		Total	Urbana	Rural			
			Total	Total	%		
Trairi	15	141.866	93.901	47.965	33,81	3.064,9	46,29
Sertão do Apodi	17	157.203	101.420	55.783	35,48	8.177,8	19,22
Mato Grande	16	226.714	110.022	116.692	51,47	5.956,2	38,06
Açu-Mossoró	14	455.521	368.552	86.969	19,09	8.017,0	56,82
Alto Oeste	30	196.291	127.158	69.133	35,22	4.045,9	48,52
Potengi	11	80.482	45.776	34.706	43,12	2.631,8	30,58
Seridó	25	295.726	225.066	70.660	23,89	10.796,5	27,39
<b>Total Territórios</b>	<b>128</b>	<b>1.553.803</b>	<b>1.071.895</b>	<b>481.908</b>	<b>31,01</b>	<b>42.690,1</b>	<b>36,40</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>167</b>	<b>3.168.027</b>	<b>2.464.991</b>	<b>703.036</b>	<b>22,19</b>	<b>52.810,2</b>	<b>59,99</b>
<b>Brasil</b>	<b>-</b>	<b>190.755.799</b>	<b>160.925.792</b>	<b>29.830.007</b>	<b>15,64</b>	<b>8.515.767,0</b>	<b>22,40</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Neste cenário, mantendo-se o critério do IBGE<sup>6</sup> para o recorte entre urbano e rural, os dados da Tabela 1 revelam grande peso da população rural nesses territórios. Enquanto o Rio Grande do Norte possui 22,19% da população residindo no meio rural, seis territórios possuem entre 23,89% da população no meio rural, como é o caso do Território Seridó, até 51,47%, como é o caso do Território Mato Grande. Apenas o território Açu-Mossoró possui percentual inferior, com 19,09%, em virtude da presença de Mossoró. Como resultado,

<sup>6</sup> O IBGE considera como área rural toda a área que está fora da delibação por parte das prefeituras para o que é urbano, o que torna pequenos municípios e até distritos com dinâmica voltada para meio rural como urbanos.

31,01% da população dos territórios induzidos vivem no meio rural, percentagem quase duplicada em relação ao Brasil (15,6%), o que justifica políticas específicas para essa população.

Tratando-se da Tabela 2, percebe-se, de modo geral, que na década de 2000 três territórios registraram crescimento da população rural (Açu-Mossoró apresentou uma taxa expressiva de 2,60% a/a) e quatro com taxas negativas, três deles num ritmo menor que na década de 1990.

Nesse sentido, pode-se inferir que as políticas de desenvolvimento territorial rural podem ter contribuído para reduzir o ritmo da migração rural, mas ainda não conseguiram acabar com a migração da população rural para o meio urbano e vem contribuindo para manter parte da população nos núcleos urbanos dos pequenos municípios. Dos 128 municípios analisados nesses territórios, 97 apresentaram crescimento da população total entre 2000 e 2010, numa taxa média de 1,08%. Enquanto 51 apresentaram crescimento da população rural, no mesmo período, a taxa média de 1,43%. Uma realidade bastante distinta do país, que apresenta queda da população rural (Tabela 2).

**Tabela 2** – Taxa de crescimento populacional dos territórios potiguares entre 1991 e 2010

Territórios	Taxa Anual de Crescimento (%)					
	1991 - 2000			2000 - 2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Trairi	0,75	2,28	-1,38	1,18	1,74	0,17
Sertão do Apodi	0,29	1,40	-1,09	-0,01	0,99	-1,59
Mato Grande	1,82	2,46	1,26	0,97	1,09	0,85
Açu-Mossoró	1,20	1,88	-1,51	1,76	1,57	2,60
Alto Oeste	0,47	2,27	-1,68	0,60	1,48	-0,83
Potengi	1,06	2,92	-0,53	0,92	2,15	-0,48
Seridó	0,86	1,87	-1,33	0,47	1,06	-1,17
<b>Total Territórios</b>	<b>0,97</b>	<b>2,01</b>	<b>-0,80</b>	<b>0,96</b>	<b>1,38</b>	<b>0,08</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>1,56</b>	<b>2,23</b>	<b>-0,10</b>	<b>1,33</b>	<b>1,93</b>	<b>-0,51</b>
<b>Brasil</b>	<b>1,63</b>	<b>2,45</b>	<b>-1,30</b>	<b>1,17</b>	<b>1,55</b>	<b>-0,65</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

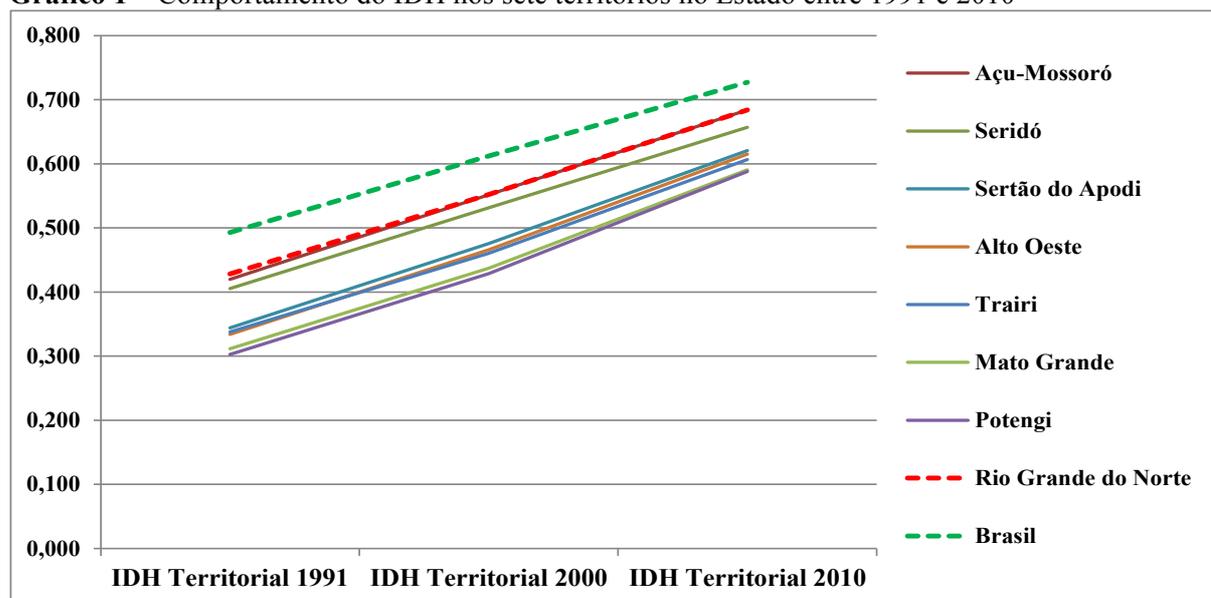
Para compreender melhor a realidade dos territórios potiguares, procurou-se realizar uma avaliação a partir do IDH<sup>7</sup>. No estado do Rio Grande do Norte, o IDH atingiu 0,684 em

<sup>7</sup> Índice de Desenvolvimento Humano. Este índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês *Mahbub ul Haq*, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório anual. O IDHM é um número índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. Na versão de 2013, o IDHM foi dividido em cinco faixas: entre 0 e 0,499, é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599, é considerado baixo; entre 0,600 e 0,699, é considerado médio; entre 0,700 e 0,799, é considerado alto e entre 0,800 e 1, é considerado muito alto.

2010, considerado médio, sendo o do Brasil de 0,727 (Gráfico 1). Dos 167 municípios do estado, 70 (41,92%), possuem IDH considerado baixo, outros 93 (55,69%) possuem IDH médio e apenas quatro (2,39%) possuem IDH alto. Enquanto isso, dos 128 municípios pertencentes aos territórios induzidos por políticas públicas, 51 (39,84%) estão na faixa do IDH baixo e 75 (58,59%) na faixa IDH médio e apenas 2 (1,56%) estão na faixa do alto IDH.

O Gráfico 1 ajuda a compreender melhor o comportamento e a evolução do IDH nas duas últimas décadas. Observa-se que o IDH territorial<sup>8</sup> dos sete territórios fica abaixo do IDH do Rio Grande do Norte (0,684), porém, pelo comportamento das curvas, seis territórios vêm apresentando crescimento médio dos indicadores do IDH um pouco acima da média do estado, o que propiciou reduzir a diferença entre 12,4% e 22% no período. A exceção ocorreu no Território Açu-Mossoró, que acompanhou a trajetória do estado, reduzindo a diferença em apenas 2% e se igualando ao estado em 2010<sup>9</sup>.

**Gráfico 1** – Comportamento do IDH nos sete territórios no Estado entre 1991 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Dados tabulados pelos autores.

Apesar dessa evolução, torna-se importante lembrar que, dentre os sete territórios induzidos, dois apresentam baixo IDH e os sete apresentam IDH abaixo da média estadual (0,684), suscitando assim uma atenção maior das políticas públicas.

<sup>8</sup> O IDH territorial foi calculado a partir da média ponderada entre os respectivos indicadores e a população de cada município que compõe cada recorte territorial, ou seja, foi calculado por meio do somatório das multiplicações entre valores dos indicadores e a população (peso) divididos pelo somatório da população (peso).

<sup>9</sup> Para melhor compreensão dos gráficos, as curvas dos territórios estão organizadas no sentido ascendente, do menor para o maior valor.

Por fim, observam-se algumas heterogeneidades entre os territórios. No caso do Açu-Mossoró, por exemplo, a presença de Mossoró, com IDH municipal de 0,720, eleva o IDH territorial ao patamar estadual, mas quando o município é excluído, o IDH territorial cai para 0,636. No Caso do Território Seridó, a presença do município de Caicó, com IDH 0,710, não provoca grande variação dado que seu peso populacional é pequeno.

O aumento do IDH nos territórios pode ser melhor explicado pela melhora de alguns indicadores, dentre os quais, a educação (Tabela 3). De uma forma geral, os dados de educação do estado são inferiores ao do Brasil, e todos os territórios apresentam dados inferiores ao do estado, porém com uma trajetória ascendente. Tais dados revelam queda no percentual de analfabetos, aumento na expectativa de anos de estudo, aumento do percentual de adultos que concluíram o ensino médio e aumento de adultos com ensino superior.

O Território Potengi apresentou os piores dados, como a maior taxa de analfabetismo, a menor expectativa de anos de estudo e o menor percentual de 18 anos ou mais com ensino médio completo (18,96%) em 2010, e apenas 3,10% da população com 25 anos ou mais possui ensino superior completo, ficando muito aquém da média estadual, que já é baixa.

O tempo de escolaridade elevou-se no período. Em 1991, os territórios induzidos apresentavam tempo menor que o Rio Grande do Norte (7,51 anos), com destaque para o Alto Oeste (apenas 6,43 anos). Já em 2010, aumenta-se o tempo médio na escola no estado (9,54 anos). Esse movimento foi acompanhado por todos os territórios, inclusive com Seridó e Açu-Mossoró superando esse tempo médio. De caráter não menos importante, esses dados vêm impactando positivamente no aumento de pessoas com obtenção de ensino superior nesses territórios.

**Tabela 3** – Informações sobre educação da população nos territórios

Territórios	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais			Expectativa de anos de estudo			% de 18 anos ou mais com médio completo			% de 25 anos ou mais com superior completo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Potengi	55,80	40,98	31,43	6,93	7,31	8,95	3,71	7,65	18,96	0,23	0,36	3,10
Trairi	53,90	40,78	31,11	7,21	7,96	9,48	7,32	11,70	22,28	0,52	1,02	3,81
Mato Grande	53,50	38,70	28,64	6,53	7,48	9,02	5,14	8,93	19,32	0,42	0,68	3,44
Alto Oeste	48,10	36,85	28,58	6,43	8,13	9,52	8,49	11,78	22,26	1,92	2,48	4,83
Sertão do Apodi	46,97	36,04	28,30	6,62	8,30	9,47	9,31	13,14	23,94	1,60	1,87	4,58
Seridó	39,93	29,93	22,24	7,44	8,81	9,70	10,40	15,36	27,56	1,72	2,64	5,44
Açu-Mossoró	36,72	26,33	19,24	7,51	8,82	9,77	14,02	19,60	33,46	4,58	5,19	7,37
Rio Grande do Norte	<b>37,80</b>	<b>27,21</b>	<b>19,74</b>	<b>7,51</b>	<b>8,56</b>	<b>9,54</b>	<b>14,62</b>	<b>20,30</b>	<b>33,75</b>	<b>3,81</b>	<b>4,64</b>	<b>8,32</b>
Brasil	<b>20,88</b>	<b>14,50</b>	<b>10,19</b>	<b>8,16</b>	<b>8,76</b>	<b>9,54</b>	<b>17,91</b>	<b>24,67</b>	<b>37,89</b>	<b>5,75</b>	<b>6,77</b>	<b>11,27</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

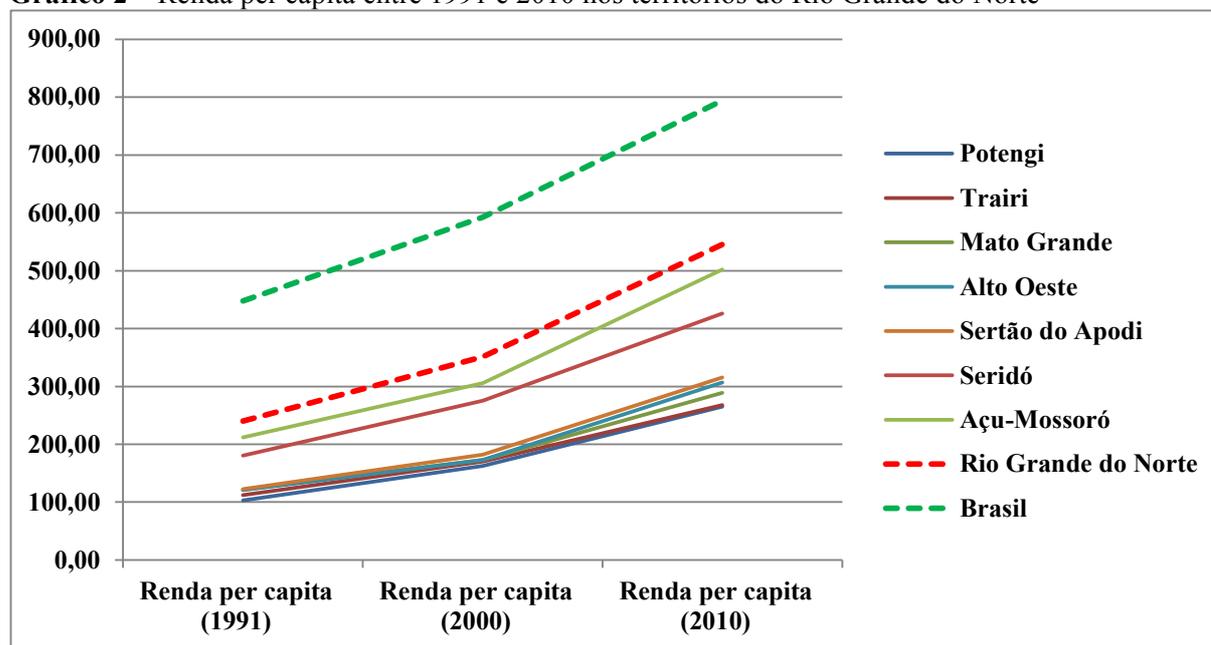
O tempo médio na escola, registrado pela expectativa de anos de estudo, que avançou dois anos no período, é um bom indicador de que as políticas educacionais vêm avançando

nesses espaços. As ações governamentais nos três níveis de governo, que tem propiciado, dentre outras ações, a reforma e ampliação das escolas e a melhoria das condições de transportes dos estudantes na zona rural, parecem estar sendo relativamente bem sucedidas. Nesse sentido, programas como o Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), Caminho da Escola e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)<sup>10</sup> asseguraram recursos para a melhoria da infraestrutura educacional nos pequenos municípios.

Analisando-se outras informações socioeconômicas extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano, tornam-se evidentes algumas transformações que corroboram o baixo IDH nos territórios, mas também evidenciam certa melhora ao longo dos últimos vinte anos.

Neste cenário, a partir dos resultados sintetizados no Gráfico 2, pode-se concluir que todos os sete territórios apresentam renda per capita inferior à média estadual ao longo das duas últimas décadas, que por sua vez é bem inferior a brasileira. Em 1991, enquanto a renda per capita do Brasil foi R\$ 447,56 e a do Rio Grande do Norte foi de R\$ 240,93, a dos sete territórios variou de apenas R\$ 102,93 (Potengi) a R\$ 211,98 (Açu-Mossoró).

**Gráfico 2** – Renda per capita entre 1991 e 2010 nos territórios do Rio Grande do Norte



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

<sup>10</sup> O (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Já o Programa Caminhos da Escola é uma linha de crédito especial do BNDES para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, mini-ônibus e micro-ônibus e de embarcações novas. Maiores informações sobre os programas consultar: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).

Ainda de acordo com os dados do Gráfico 2, os resultados da renda per capita média, em 2000, revelam um crescimento médio no estado da ordem de 46%. Esse comportamento foi semelhante em quatro territórios induzidos, que cresceram entre 42% e 48% (Mato Grande, Alto Oeste, Açu-Mossoró e Sertão do Apodi). Por sua vez, Trairi e Seridó cresceram em torno de 52% e Potengi cresceu quase 58%.

Entre 2000 e 2010, houve uma inflexão também positiva no crescimento da renda per capita em seis territórios comparativamente à média estadual. Nesse sentido, enquanto o estado registrou um crescimento médio de sua renda per capita de 55%, os territórios registraram um crescimento entre 58% e 77%. Neste mesmo período, o crescimento da renda per capita no Brasil foi de 34%.

Duas conclusões podem ser retiradas dessas constatações. Em primeiro lugar, ainda que lentamente, a renda per capita nos territórios induzidos apresenta crescimento contínuo no período analisado, especialmente nos anos 2000, quando cresce de forma mais acelerada nos territórios mais pobres, justamente aqueles que vêm recebendo maior atenção do governo federal com os programas de transferência de renda. Em segundo lugar, mesmo crescendo, inclusive superior a média do estado e do país, ainda verifica-se o distanciamento de realidades com rendas médias mais elevadas.

Esse comportamento do aumento da renda per capita ajudou a diminuir o percentual de pobres e de extremamente pobres em todos os territórios do Rio Grande Norte<sup>11</sup>. O Gráfico 3 apresenta uma trajetória de queda de 25% da população pobre do estado na década de 1990. Entretanto, essa queda foi menor nos cinco territórios de menor renda (Trairi, Potengi, Mato Grande, Alto Oeste e Sertão do Apodi), variando de 18% a 23%. Por sua vez, Seridó e Açu-Mossoró apresentaram reduções maiores, 41% e 47% respectivamente.

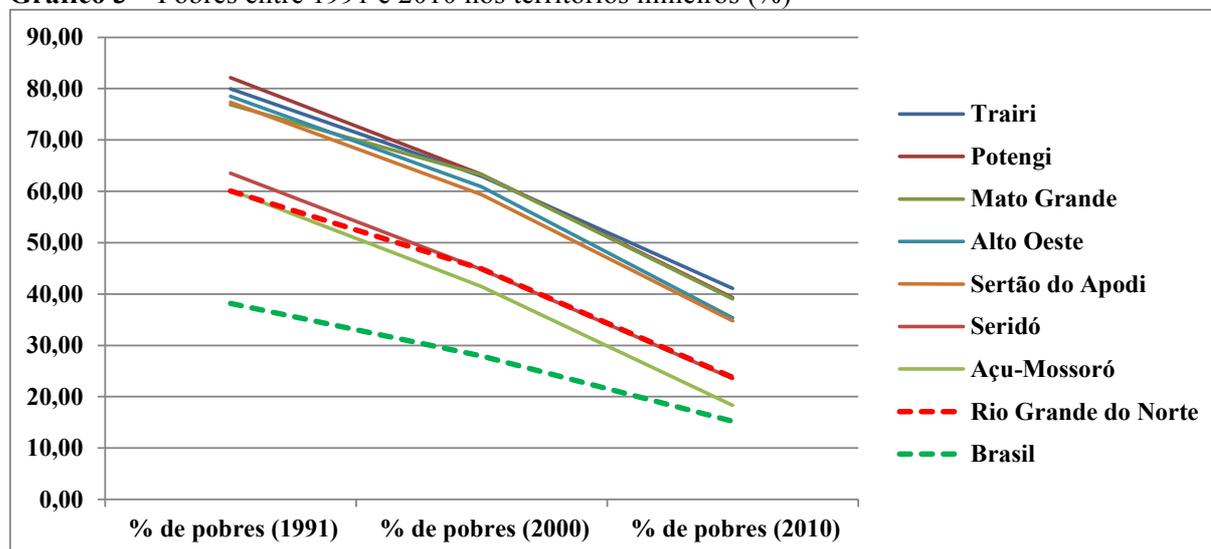
Na década seguinte, 2000-2010, a redução da pobreza foi ainda mais acentuada. No estado do Rio Grande do Norte, a pobreza passou a representar, em 2010, 23,79% da população, queda de 47% ao longo da década, enquanto o Brasil possui 15,79% da população considerada pobre. Essa situação também é verificada nos territórios induzidos, apesar de ter apresentado um ritmo menor nos cinco territórios de menor renda, variando de 35% a 41%. Os Territórios Seridó e Açu-Mossoró apresentaram reduções maiores, 47% e 56% respectivamente. Como resultado, notam-se dois grupos ao longo do período: (i) um formado

---

<sup>11</sup> **Proporção de extremamente pobres** – “Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010”. **Proporção de pobres** – “Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010”. Glossário do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013).

pelos cinco municípios com patamar de pobres na casa de 35% a 41%%; e (ii) outro pelo Seridó, próximo a média estadual (24%), e Açu-Mossoró com 18%, isso em 2010.

**Gráfico 3** – Pobres entre 1991 e 2010 nos territórios mineiros (%)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Situação análoga ocorreu para os dados da população extremamente pobre, cujo percentual reduziu-se de 18,64% em 1990 para 12,48% em 2000, queda de 33%. Esse movimento acelerou-se nos anos 2000, quando o percentual de pobres ficou em 6,62% da população de 2010, queda de 47% no Rio Grande Norte (Gráfico 4). Pode-se observar também que a queda, para os sete territórios, foi menor na década de 1990, em um patamar médio de -33%, e acelerada na década de 2000, chegando ao patamar de -48%. Novamente, o comportamento diferenciado para os dois grupos ao longo do período: (i) um formado pelos cinco municípios com patamar de extremamente pobres na casa de 18% a 22% da população; e (ii) outro pelo Seridó, com 10%, próximo a taxa do Brasil, e pelo Açu-Mossoró, com 6,68%, próximo a média estadual, isso em 2010.

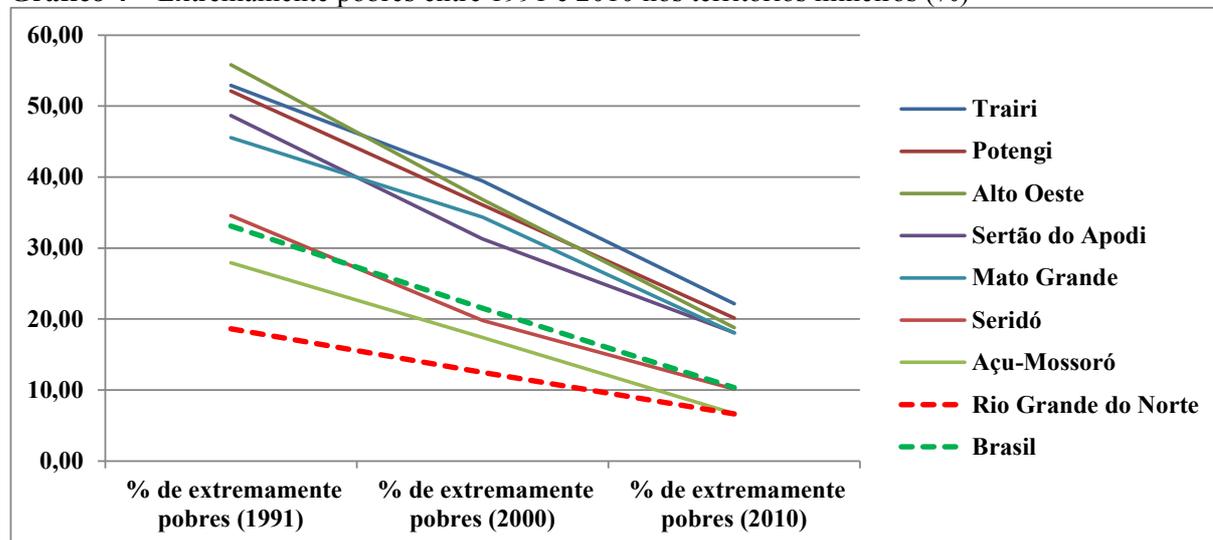
Foi por conta das características socioeconômicas apresentadas que os territórios induzidos receberam atenção especial de diversas políticas públicas. Em uma análise da participação do Programa Bolsa Família<sup>12,13</sup>, por exemplo, das 422.429 famílias beneficiadas no Rio Grande do Norte no ano de 2010, 246.330 foram beneficiadas pelo Programa nos recortes analisados, o que equivale a 58% do total, enquanto estes mesmos territórios reúnem

<sup>12</sup> “O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos”. Ver: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

<sup>13</sup> Para este trabalho, os dados do Programa Bolsa Família foram coletados a partir do Portal Transparência do Governo Federal para os anos de 2004, 2010 e 2013.

49% da população do estado. Números que per si evidenciam a importância do programa Bolsa Família no combate à pobreza daqueles territórios.

**Gráfico 4** – Extremamente pobres entre 1991 e 2010 nos territórios mineiros (%)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Como pode ser observado por meio dos dados da Tabela 4, nos períodos analisados o volume total de repasse de recursos para as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos territórios é crescente, passando de quase R\$ 113 milhões em 2004 para mais de 379 milhões em 2013, crescimento de 235% no período. Já o número de famílias beneficiadas cresceu relativamente menos, somente 14,5%, o que resultou no aumento significativo do volume de recursos médios anuais por família no período. No caso do Território Alto Oeste, cada família beneficiada recebia R\$ 538,13 em 2004 e em 2013 atingiu o patamar médio de R\$ 1.767,90. São justamente os territórios com mais baixo IDH os que recebem os maiores valores médios. Logo, esse benefício tem um peso expressivo na composição da renda familiar de baixo rendimento médio.

**Tabela 4** – Número de famílias beneficiadas, valor total do repasse por território e repasse médio por família no Programa Bolsa Família

Territórios	Famílias beneficiadas						Valor médio anual por família (R\$)		
	2004		2010		2013		2004	2010	2013
	Números	Valor (R\$)	Números	Valor (R\$)	Números	Valor (R\$)			
Alto Oeste	33.162	17.845.583,00	32.639	35.022.840,00	36.267	64.116.262,00	538,13	1.073,04	1.767,90
Mato Grande	26.771	17.650.507,00	34.360	37.918.052,00	38.497	63.288.564,00	659,31	1.103,55	1.643,99
Trairi	22.364	12.966.687,00	22.824	25.202.259,00	27.454	44.880.846,00	579,80	1.104,20	1.634,77
Sertão do Apodi	29.239	15.180.511,00	26.791	27.631.005,00	29.125	45.640.842,00	519,19	1.031,35	1.567,07
Potengi	12.208	7.025.545,00	13.142	14.111.516,00	14.869	23.098.260,00	575,49	1.073,77	1.553,45
Seridó	40.165	21.294.202,00	41.742	43.652.625,00	44.573	63.248.906,00	530,17	1.045,77	1.419,00
Açú-Mossoró	51.262	21.016.092,00	48.662	47.829.514,00	55.545	74.757.104,00	409,97	982,89	1.345,88
<b>Total Territórios</b>	<b>215.171</b>	<b>112.979.127,00</b>	<b>220.160</b>	<b>231.367.811,00</b>	<b>246.330</b>	<b>379.030.784,00</b>	<b>525,07</b>	<b>1.050,91</b>	<b>1.538,71</b>
Rio Grande do Norte	351.810	174.037.874,00	379.554	383.761.877,00	422.429	637.742.452,00	494,69	1.011,09	1.509,70
Brasil	-	5.533.257.938	-	14.366.015.610	-	22.750.781.400	-	-	-

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal. Dados tabulados pelos autores.

Considerando uma média conservadora de quatro pessoas por família nestes territórios, o percentual de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família supera os 60% em seis territórios, dentre os quais, o Trairi atinge 72%. Somente o Território Açú-Mossoró fica no patamar de 50%. Esses números demonstram, portanto, que a implementação de políticas de transferência de renda ganham enorme importância na busca do objetivo de redução da pobreza nos territórios rurais.

Para melhor caracterizar esses territórios, fez-se uso de informações sobre suas atividades econômicas por meio do Valor Adicionado Bruto (VAB) e Produto Interno Bruto (PIB)<sup>14</sup>. Considerando a participação do VAB por setores, pode-se notar que, diferentemente do Brasil, houve uma tendência de crescimento na participação da Agropecuária de 2000 para 2010 no Rio Grande do Norte, passando de 2,77% para 4,22%. Esse crescimento ocorreu em todos os territórios, cuja participação é maior que a estadual em 2010, variando de 4,94% (Açú-Mossoró) a 14,95% (Mato Grande) (Tabela 5).

A participação da indústria no estado e nos territórios caiu entre 2000 e 2010 em relação ao total do VAB. No estado, a queda foi de 18,4%, passando de 26,31% para 21,47%. Considerando-se o ano de 2010, os dados demonstram duas dinâmicas diferenciadas: (i) cinco territórios possuem participação do setor entre 8,49% (Potengi) e 10,55% (Seridó), considerado baixo em relação ao estado; e (ii) dois territórios possuem peso significativo, embora registrem queda superior a 20% na participação da indústria no total do VAB, cujo percentual é de 32,36% para o território Sertão do Apodi e de 36,22% para Açú-Mossoró.

**Tabela 5** – Participação percentual sobre o Valor Agregado Bruto por setores (2000-2010)

Territórios	Participação percentual (%) sobre o Valor Agregado Bruto - VAB (RN)									
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Serv. Admin.		Sev. - Sev Admin.	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Potengi	9,08	11,96	10,95	8,49	79,97	79,56	47,45	56,39	32,52	23,16
Trairi	6,46	7,93	11,12	9,71	82,42	82,36	46,90	55,38	35,52	26,98
Alto Oeste	4,84	8,70	9,40	8,09	85,76	83,22	46,58	51,57	39,18	31,64
Mato Grande	9,79	14,95	9,30	9,35	80,91	75,70	46,01	49,67	34,90	26,03
Seridó	7,13	11,02	12,21	10,55	80,66	78,43	37,82	39,77	42,84	38,66
Sertão do Apodi	5,25	6,73	42,51	32,60	52,24	60,67	28,36	37,97	23,87	22,70
Açú-Mossoró	2,55	4,94	47,84	36,22	49,61	58,84	19,61	23,27	30,00	35,57
Rio Grande do Norte	<b>2,77</b>	<b>4,22</b>	<b>26,31</b>	<b>21,47</b>	<b>70,92</b>	<b>74,31</b>	<b>25,69</b>	<b>28,36</b>	<b>45,22</b>	<b>45,95</b>
Brasil	<b>5,60</b>	<b>5,30</b>	<b>27,73</b>	<b>28,07</b>	<b>66,67</b>	<b>66,63</b>	<b>14,93</b>	<b>16,20</b>	<b>51,74</b>	<b>50,43</b>

Fonte: SIDRA/IBGE. Dados tabulados pelos autores.

Quanto ao setor de Serviços, cinco territórios (Potengi, Trairi, Alto Oeste, Mato Grande e Seridó) registraram participação maior do que o estado (74,31%) em relação ao

<sup>14</sup> Os dados do VAB e do PIB foram obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE) para os anos de 2000 e 2010.

VAB total em 2010. Nestes territórios, a participação da parte de serviços administrados, ou seja, o peso do setor público na composição do setor ficou bem acima da média registrada no Rio Grande do Norte (28,36%), com destaque para o Território Potengi, que chegou a 56,39%. Os Territórios Sertão do Apodi e Açu-Mossoró têm no setor de serviços participação de 60,67% e 58,84% respectivamente.

No conjunto, tomando como parâmetro os dados da Tabela 5, podemos caracterizar que os territórios rurais menos dinâmicos em relação ao comportamento do VAB são os que possuem maior participação no setor agropecuário, baixa participação da indústria e maior participação do setor de serviços, com grande peso dos serviços administrados, como pode ser exemplificado no Território Potengi. Por sua vez, os dois territórios mais dinâmicos possuem elevada participação da Indústria e menor participação dos serviços administrados.

Em relação ao comportamento do PIB nos territórios analisados, deve-se observar sua baixa participação no total do estado (Tabela 6). A exceção se dá no território Açu-Mossoró, que possui 14,38% da população do Rio Grande do Norte e contribui com 17,11% do PIB. Todos os outros registram maior participação da população e menor participação no PIB. Aliado ao fato da baixa representatividade do PIB em relação ao estado, o que se verifica é que entre 2000 e 2010, dos sete territórios analisados, cinco apresentaram taxa de crescimento anual menor que a estadual (4,69%), sendo que o Território Potengi cresceu a taxa de apenas 2,18%. Já Mato Grande e Açu-Mossoró cresceram acima da taxa estadual, 5,26% e 4,91% respectivamente.

**Tabela 6** – Comportamento do PIB entre 2000 e 2010 nos territórios analisados

Territórios	PIB Nominal 2000 (Mil Reais)	PIB Nominal 2010 (Mil Reais)	PIB 2000 a valores de 2010 (Mil Reais)	Taxa de cresc. do PIB 2000-10	Pop. em relação ao Estado 2010 (%)	PIB em relação ao Estado 2010 (%)
Sertão do Apodi	406.099	1.129.180	910.455	2,18	4,96	3,49
Potengi	125.734	417.067	281.890	4,00	2,54	1,29
Trairi	204.643	693.724	458.800	4,22	4,48	2,15
Seridó	588.151	1.999.804	1.318.607	4,25	9,33	6,18
Alto Oeste	305.107	1.052.047	684.036	4,40	6,20	3,25
Açu-Mossoró	1.528.398	5.534.689	3.426.596	4,91	14,38	17,11
Mato Grande	342.418	1.281.565	767.685	5,26	7,16	3,96
<b>Total Territórios</b>	<b>3.500.550</b>	<b>12.108.076</b>	<b>7.848.069</b>	<b>4,43</b>	<b>44,05</b>	<b>37,44</b>
Rio Grande do Norte	9.119.808	32.338.895	20.446.181	4,69	-	-
Brasil	1.179.482.000	3.770.084.872	2.644.343.208	3,61	-	-

Fonte: SIDRA/IBGE. Dados tabulados pelos autores.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

De posse do que foi apresentado, verifica-se que as políticas territoriais (Pronat e PTC) beneficiaram os municípios socioeconomicamente mais fragilizados do estado. Além disso, são justamente os territórios mais pobres que vêm melhorando suas trajetórias nos anos 2000, com ritmo de crescimento acima da média estadual.

Em relação à composição, identifica-se grande variação no número de municípios participantes destes territórios: dimensões variadas entre os territórios, grande peso da população rural, com reduzido êxodo rural, alguns municípios vem apresentando taxas positivas de crescimento rural, o que reforça a caracterização de territórios rurais.

Em termos econômicos, a renda per capita dos mais pobres vem crescendo em maior proporção que o ritmo do estado, especialmente nos anos 2000. Isto fica ainda mais evidente nos territórios rurais mais pobres e que possuem elevada participação do Programa Bolsa Família. Os dados também registram queda no percentual de pobres e de extremamente pobres, ainda que, abaixo dos indicadores estaduais.

Os territórios rurais menos dinâmicos são os que possuem elevada participação do setor de serviços na composição do VAB, com grande peso dos serviços administrados, baixa participação da produção industrial e relativo peso da atividade agropecuária. Em relação ao comportamento do PIB, deve-se observar sua baixa participação no total do estado, sendo que cinco territórios apresentaram taxas de crescimento abaixo da média estadual nos anos 2000.

Conclui-se, portanto, que, em termos sociais, ocorreu uma lenta redução das assimetrias regionais nos territórios mais pobres, fruto de um conjunto de políticas públicas que se intensificou nos anos 2000 e vem propiciando melhor qualidade de vida. Apesar disso, o desempenho econômico desses territórios fica aquém da média estadual e reclamam maior atenção quanto aos investimentos realizados em seus territórios. Ademais, adverte-se que, não obstante às possibilidades que o estudo possibilita, fazem-se necessárias maiores comprovações teóricas e empíricas, algo que será feito em uma agenda de pesquisa mais ampla, que visa analisar os resultados das políticas territoriais rurais nos estados brasileiros.

## REFERÊNCIAS

Atlas Brasil 2013. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização: PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em 20 de outubro de 2014.

Bagnasco, A. *Ter Italie. 1977. La problemática territoriale dello sviluppo italiano, Bologna, società Iditriche Il Mulino.*

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: Cocco, G.; Urani, A.; Galvão, A. P. (Orgs.). 1999. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*, Rio de Janeiro, DP&A Editores.

Becattini G. 1979. *Dal “settore” industriale al “distretto” industriale. Alcune considerazioni sull’unità d’indagine dell’economia industriale. Rivista di economia e politica industriale, 1, 7-21.*

\_\_\_\_\_. Os distritos industriais na Itália. In: Cocco, G.; Urani, A.; Galvão, A. P. (Orgs.). 1999. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*, Rio de Janeiro, DP&A Editores.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Apresenta informações sobre o Ministério e suas atividades. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em 20 de março de 2014.

\_\_\_\_\_. Portal da Transparência. Reúne e disponibiliza as informações sobre a aplicação de recursos federais no Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Reúne e disponibiliza as informações sobre o FNDE. Disponível em: <[www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)>. Acesso em 12 de Setembro 2014.

Leite, S. P. Governança das políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: Moreira, R. J.; Bruno, R. (Orgs.). 2010. *Dimensões rurais de políticas brasileiras*, Rio de Janeiro, Mauad X/Edur.

Marshall, A. 1900. *Elements of economics of industry, Londes, Macmillan.*

Ortega, A.C. 2007. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45, 275-300.

\_\_\_\_\_. 2008. *Territórios deprimidos: os desafios das políticas de desenvolvimento territorial rural*, Campinas, Alínea.

Pereira, J.M.M. O Banco Mundial como ator político, financeiro e intelectual (1944-2008). 2009. 382 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009.

Putnam, R. *Comunidade e democracia*. 2000. A experiência da Itália moderna, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.

Schneider, S. 2004. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, 6, 88-125.

SIDRA/IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 29 de outubro de 2014.

VEIGA, J. E. da. 2003. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula, Campinas, Autores Associados.